

"ZPE VAI SAIR DO PAPEL"

Mayke Toscano/Secom-MT



O governador Mauro Mendes (DEM) prevê que a conclusão das obras da Zona de Processamento de Exportação, em Cáceres, trará grande desenvolvimento para a região e todo o estado de Mato Grosso. A declaração ocorreu em visita ao local, nesta terça-feira (1). Após mais de 30 anos de espera, as obras foram retomadas em fevereiro. Hoje, cerca de 15% da obra já está pronta e o prazo para concluir é de 15 meses

PÁG. 4

Sicom Cuiabá



EMANUEL LIBERA CRECHE E BERÇÁRIO

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), editou um novo decreto nesta quarta-feira (2) liberando a volta das atividades presenciais de educação infantil (berçário e maternal) nas unidades de ensino particulares. A norma também libera a utilização dos espaços comuns dos condomínios residenciais e altera horários de funcionamento do comércio, trazendo regras específicas para a "Semana do Brasil"

PÁG. 6

Gilberto Leite



RECUO DE PIVETTA CAUSA DEBANDADA DE ALIADOS

Com a desistência do vice-governador Otaviano Pivetta (PDT) de concorrer ao Senado, o grupo de partidos que haviam se aglutinado em torno do projeto se debandou. Nesta sexta-feira (4), o deputado estadual Max Russi (PSB) anunciou que não vai tentar "herdar" a chapa. Max revelou que o recuo de Pivetta pegou todos seus aliados de surpresa. Agora, os partidos que estavam juntos se dividiram sobre qual nome apoiar na senatória

PÁG. 3

Assembleia Legislativa quer aula ao ar livre, sem contágio

As escolas públicas deverão priorizar aulas ao ar livre e não poderão utilizar ares-condicionados quando retomar as aulas presenciais. A informação consta em um projeto de lei que deve ser apresentado na Assembleia Legislativa, que estabelece diretrizes para a retomada das aulas. O projeto é um anexo ao relatório final da comissão especial da sobre o retorno das aulas presenciais

PÁG. 4

Gilberto Leite



"ELA É TREINADA E ASSUMIU RISCO DE MATAR", DIZ DELEGADO

A hipótese de disparo acidental no caso da morte da adolescente Isabele Guimarães Ramos, de 14 anos, foi descartada pela investigação conduzida pelo delegado Wagner Bassi. Em coletiva de imprensa nesta quarta-feira (2), o delegado informou que pedirá o indiciamento da adolescente por homicídio doloso, quando há intenção de matar. Em depoimento, a autora disse que o case que continha as armas caiu no chão e se abriu. Ao recolher a arma, teria ocorrido o disparo acidental. A versão foi descartada pela polícia

PÁG. 7

MP questiona danos ambientais do VLT

PÁG. 3

EDITORIAL

Feridas abertas

Aos poucos a vida começa a tomar ares de normalidade, mas os efeitos nefastos da pandemia ainda seguem ativos, como uma ferida aberta. Se quer podemos dizer que já passamos o pior, pois a estabilização do número de novos casos e óbitos se dá em um patamar elevado, o que significa que qualquer deslize pode levar a uma nova escalada. No campo econômico, tenta-se aplicar um curativo, mas a certeza é que essa ferida ainda levará muito tempo a cicatrizar.

A crise gerada pela pandemia levou ao fechamento de mais de 135 mil estabelecimentos comerciais em todo o país no segundo trimestre deste ano, segundo um relatório da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A previsão é que o saldo final do ano seja de 88 mil lojas fechadas, o que aponta para uma trajetória de recuperação, mas que é insuficiente para fechar de vez a ferida que se abriu com as crises simultâneas. Aqueles que se salvaram precisaram fazer muitos ajustes e sacrifícios para atravessar a tormenta.

Nenhum ramo do varejo apresentou abertura de lojas no segundo trimestre do ano. E, como já era esperado, os segmentos mais afetados pela crise foram aqueles que atuam no comércio de itens considerados 'não essenciais'. Afinal, também foram os mais afetados pelos decretos que buscavam conter o rápido avanço do vírus pelo país. Os ramos que mais fecha-

ram lojas foram os de utilidades domésticas (-35,3 mil lojas), vestuário e calçados (-34,5 mil lojas) e comércio automotivo (-20,5 mil lojas).

Com o fechamento de empresas, o desemprego é uma preocupação constante. E crescente. A taxa de desocupação da população atingiu 13,7% na penúltima semana de julho (19 a 25/07) e fez um breve recuo para 13,3% na última semana, segundo dados da Pnad-Covid, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Até em Mato Grosso, onde as taxas de desemprego costumam ficar mais baixas do que a média nacional devido à pujança da economia, houve aumento no número de desempregados. Do último trimestre de 2019 até a última semana de julho, o número de desempregados praticamente dobrou. Saímos de 6,4% de desempregados no último trimestre de 2019 para 10,2% no levantamento mais recente.

Será necessário um grande esforço nacional, baseado na união e cooperação, para tirar o país desse buraco que se abriu sob nossos pés durante a pandemia. Um desafio e tanto, mas nada impossível. Precisamos reacender aquela chama de solidariedade que tanto brilhou no início da pandemia, que nos fazia crer que ainda resta esperança na humanidade. Olhemos para aquilo que nos une, não para o que nos separa. É tempo de dedicar sangue, suor e lágrimas à reconstrução de nossa nação.

Autoestima e suicídio

Luana E. A. Baratiere (*)

Falar sobre prevenção ao suicídio é fazer uma análise profunda sobre como o indivíduo vê o mundo e a si mesmo.

A visão de si no mundo em que se vive, engloba a autoestima que é o contrário de heteroestima - a estima que percebemos ou oferecemos aos outros, e para que haja essa troca de forma satisfatória é necessário que se tenha autoestima saudável, ou seja, os aspectos avaliativos que um sujeito elabora ao seu respeito, consiste no resultado do valor que ele atribui aos elementos afetivos e sociais da representação que tem sobre si de forma que contribua com a busca de uma vida psicológica e emocionalmente equilibrada.

A ausência ou a perda do contato com essa autoestima torna a opinião própria de si mesmo insuficientes, com necessidade contínua a aprovação, reconhecimento, elogio, estímulo e do olhar do outro, para que a pessoa se sinta validada. É justamente nessa dependência que os riscos aparecem. Quando se coloca o valor próprio na mão dos outros a autoestima torna-se equivocada. Pois a visão, o sentimento e a opinião de cada um sobre o outro está também permeada pela condição de ver o mundo dessa pessoa, podendo contribuir com uma autoanálise e crescimento, porém não deve ser tomada como realidade absoluta de quem recebe este retorno.

Somente o ser humano depende e responde psicológica e emocionalmente há alguns sentimentos como amor, afeto, carinho e dedicação, que são essenciais para o desenvolvimento de uma autoestima estável.

Para Carl Rogers (1902-1987), a consideração positiva incondicional é fundamental no desenvolvimento do indivíduo ainda bebê e os cuidados por ele recebidos. Esses cuidados recebidos na infância são determinantes para o desenvolvimento da autoestima, relacionando-se com comportamentos, afetos e ideias que o indivíduo terá sobre si e o mundo a sua volta. Também é de amplo conhecimento a escala das necessidades e as cinco fases da pirâmide de Abraham H. Maslow (1908-1970), contendo a fisiologia, segurança, amor e relacionamento, estima e realização pessoal. Porém, nem sempre essas necessidades básicas são atendidas, e humanamente são falhas em alguns aspectos por outros que as recebem, tornando a pessoa mais carente, frágil e suscetível aos desafios.

Na ausência de alguma resposta afetiva, torna-se muito mais presente a raiva, medo, revolta, desesperança, culpa, sentimento

de desvalia, levando a pessoa a um ciclo de não aceitação do passado e do presente de si mesmo e medo do futuro.

Sendo o homem um ser biopsicossocial e espiritual, é de grande importância a presença da autoestima estável, independente e automática, para lidar com as adversidades cotidianas.

Cada um vê, sente e reage de forma diferente, por isso é necessário que tenhamos um olhar singular a cada pessoa e situação que ela vivência, observando onde estão os sintomas para poder agir em direção à ajuda.

Uma das maneiras de contribuir com uma pessoa que precisa de ajuda, ao observar algum dos sinais que requer atenção especial como: isolamento, medo excessivo, abuso de álcool e drogas, mudanças bruscas de humor, diminuição do autocuidado, mutilação, ou depressão, busque não julgar. Essas reações não são drama, falta de fé, frescura e nem são para chamar atenção. Elas são um pedido de socorro. Se possível, aproxime-se. Considere e respeite a dor. Estimule a falar sobre seus conflitos e a buscar ajuda especializada. É preciso combater o preconceito e estigma ainda existente em torno de assuntos como depressão, suicídio e morte.

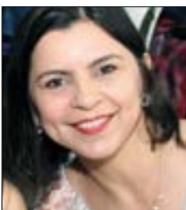
As oportunidades existem. Há inúmeros meios de sair dessa experiência fortalecido. Só quem está vivo é capaz de mudar a si mesmo, o modo de perceber a própria realidade e alterar sua história.

É preciso expressar as angústias, agônias, desespero, frustrações, expectativas, sem temer o afastamento das pessoas. Sempre haverá mãos a nos amparar. Braços com abraços, mentes com soluções e um espaço que nos caiba por direito.

Além dos profissionais de Psicologia e médicos psiquiatras existe uma linha direta oferecida pelo Centro de Valorização da Vida (CVV) – que oferece apoio emocional e prevenção ao suicídio, atendendo de forma voluntária todas as pessoas que querem conversar sobre o assunto pelo número telefônico 188, ou pelo Facebook do CVV, chat, blog e site <https://www.cvv.org.br/>.

SUA VIDA VALE OURO – Se precisa de ajuda fale.

LUANA E.A. BARATIERE é Psicóloga
e-mail: luana.psibreve@gmail.com



Rodoanel, obra estratégica

Wellington Fagundes (*)

A capital de Mato Grosso é hoje o maior entroncamento rodoviário do Estado e desta região do país. Por Cuiabá, passam as cargas que vêm do Sul do Brasil em direção ao Norte e vice-versa, um incansável vai e vem que contribui para o desenvolvimento e aquecimento econômico do país. Do Sul, vêm grande parte dos produtos industrializados e, de cá, enviados os in natura e semielaborados que movimentam os portos e garantem o superávit da balança comercial brasileira.

Cidade que atrai investimentos, Cuiabá vem crescendo de forma acelerada e se apresenta como um dos lugares mais promissores para se viver no Brasil. Mas entre os resultados desse crescimento está o caos no sistema viário da capital, com veículos de carga disputando espaço com os carros pequenos, colocando em risco à qualidade de vida desejada por todos.

É por isso que digo hoje que, depois de mais de uma década de espera, Cuiabá e Várzea Grande se preparam para receber uma das mais importantes obras de infraestrutura de transportes – o Contorno Norte, também conhecido como rodoanel. Serão 52 km de pista dupla em concreto ligando a região do Coxipó à BR-163, próximo ao Trevo do Lagarto, em Várzea Grande, passando pelos distritos da Guia e Sucuri.

Essa obra começou a ser construída há 14 anos numa parceria entre a Prefeitura de Cuiabá e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Inicialmente, era apenas 11 km. Mas problemas no convênio levaram à suspensão das obras.

O Dnit então resolveu fazer um novo convênio, desta vez com o governo do Estado, via Secretaria Estadual de Infraestrutura. Dinheiro depositado na conta e nada da obra sair. Foram anos de reclamações de usuários e de nós, representantes da sociedade. Falei sobre isso em muitas ocasiões. Não perdia a oportunidade de cobrar do governo do Estado que fossem feitas as adequações ao projeto e que o edital fosse lançado. Nada!! Fui ao Dnit e à Sinfra para entender quais os motivos e assim se passaram 10 anos. Faltava mesmo era vontade política do governo do Estado em tocar a obra.

Há cerca de dois anos, o Dnit ainda assumiu parte da obra e fez a ligação entre o distrito de Sucuri até a MT-251 (que liga Cuiabá a Chapada dos Guimarães). Já

melhorou muito. Mas era preciso avançar mais!!!

Nesse vai e vem, várias adequações foram feitas até que se chegou ao projeto final. O Contorno Norte deve contar agora com 52 km de pista duplicada e em concreto, se transformando em um alento para motoristas que vêm do Sul e precisam chegar ao Norte. E vice-versa. Já para quem mora em Cuiabá, Várzea Grande e cidades da Baixada Cuiabana, a obra vai aliviar o trânsito de carretas e outros veículos de carga que passam pelo perímetro urbano, oferecendo riscos e desconforto.

Hoje, a boa notícia é que a Secretaria de Infraestrutura de Mato Grosso (Sinfra) está prestes a lançar o edital para as obras do primeiro trecho de 22 km que vão da MT-251 (que liga Cuiabá a Chapada dos Guimarães) à BR-163, passando pelos distritos da Guia e Sucuri. Serão investidos R\$ 237 milhões (R\$ 130 milhões estavam depositados na conta do governo há 10 anos!!!), incluindo a construção de uma ponte sobre o rio Cuiabá, a duplicação dos 11 km já existentes, a construção de outros 11 km e a aplicação de concreto, além de viadutos.

O segundo trecho, que vai da MT-251 até a saída de Cuiabá para Rondonópolis, ainda precisa de adequações orçamentárias – esta é a nossa próxima luta para ver esse sonho se realizar.

Outro ponto positivo: o Contorno Norte vai incorporar novas áreas ao desenvolvimento urbano de Cuiabá, assim como aconteceu com a avenida Miguel Sutil (ou perimetral) na década de 1990 e com a rodovia dos Imigrantes, em Várzea Grande. Quem viu essas duas avenidas surgirem, sabe que elas estão hoje completamente inseridas ao tráfego urbano e já não cumprem o papel de desafogar o trânsito.

Sem dúvida, o Contorno Norte é uma obra estratégica, tanto que o governo do Estado aumentou a contrapartida de 10% para 40%. No total, os 52 km devem custar R\$ 500 milhões.

Da minha parte, reafirmo meu compromisso em ver este sonho se concretizar e impulsionar ainda mais Cuiabá, a capital de todos nós.

WELLINGTON FAGUNDES é senador por Mato Grosso



Recuperação econômica

Vivaldo Lopes (*)

Nesta última terça-feira o IBGE divulgou os dados do desempenho da economia brasileira no segundo trimestre de 2020. Como esperado, o PIB do país teve uma inédita retração de 9,7%, em relação ao primeiro trimestre e 11,4% comparado ao segundo trimestre de 2019. Foi a maior queda trimestral já registrada na história econômica do país. Um verdadeiro desastre econômico, causado por uma tragédia sanitária, trazida pela doença covid-19. Os dados estatísticos confirmam uma certeza e guardam uma esperança. A certeza é que o pior já passou. A economia atingiu o fundo do poço no mês de abril. A esperança: o país parou de cair e a retomada das atividades a partir de julho garante crescimento nos dois últimos trimestres do ano. O reaquecimento reduzirá um pouco os nefastos efeitos da necessária paralisação das atividades produtivas. Como consolo, podemos dizer que o péssimo desempenho da economia brasileira é tristemente similar à média da maioria dos países da OCDE, o clube dos países mais ricos, que tiveram queda de 9,8%. Alemanha teve queda de 10,1%, Estados Unidos, 9,7%, Japão, 7,8%. As exceções foram a China, que saiu rapidamente da pandemia e cresceu 11,5% no segundo trimestre e a Nova Zelândia, que caiu apenas 3,2%.

O IBGE ainda anunciou a revisão dos dados do primeiro trimestre, divulgados anteriormente. O PIB do primeiro trimestre foi recalculado de uma queda de 1,5% para 2,5%, demonstrando que a economia do país não era um potente avião começando a decolar quando foi abalroado pelo furacão coronavírus. A pandemia foi decretada, no Brasil, na segunda quinzena de março. Assim, o resultado do primeiro trimestre foi ruim porque a atividade econômica já capengava nos meses de janeiro, fevereiro e primeira quinzena de março, agravando-se com a evolução da pandemia.

A indústria foi o segmento que mais sofreu com a brusca paralisação, apontando queda de 12,3%. O setor de serviços retraiu 9,7% com a imposição de quarentenas e isolamento social, afetando áreas de turismo, viagens, transportes, lazer, restaurantes, hotelaria. Único setor que apresentou crescimento, de 0,4%, a agropecuária também decepcionou. A maior parte dos analistas, bancos e o mercado contavam com crescimento maior da agropecuária, em razão do aumento de consumo de alimentos, expansão das

exportações para a China, desvalorização cambial, e, atendendo ao pedido das representações empresariais do agronegócio, o governo manteve a movimentação do transporte de cargas e abertos os portos marítimos. Ainda que pequeno, o crescimento do agro ajudou a amortizar a queda, que teria sido bem maior caso o setor também afundasse nas mesmas proporções da indústria e serviços.

Do lado da demanda, o auxílio emergencial colaborou consideravelmente para reduzir o tamanho do tombo. A administração federal injetou mais de R\$ 165 bilhões na economia entre abril e junho, para atender 65 milhões de pessoas vulnerabilizadas pela crise, dando um pouco de gás para o consumo das famílias e compensando o recuo dos gastos do governo e a forte freada dos investimentos.

Considero como principais fatores que ajudarão a recuperação da economia brasileira no terceiro e quarto trimestres o reaquecimento da economia global, que comprará do Brasil, a redução do distanciamento social, que favorece o setor de serviços e a indústria, juros baixos e inflação sob controle, que facilitam a tomada de crédito pelas pessoas e empresas, expansão das exportações e a continuidade da renda emergencial até dezembro.

Paíra ainda uma nuvem de incerteza sobre qual será o ritmo da recuperação econômica em 2021. Todas as atenções voltam-se para o término do auxílio emergencial, aumento do desemprego, indefinição sobre a implantação do novo programa de renda mínima, chamado de Renda Brasil, idealizado para modernizar e ampliar o Bolsa Família, e se o presidente Bolsonaro conseguirá organizar força política no Congresso Nacional suficiente para aprovar as reformas tributária, administrativa, o programa de privatizações e manter o marco constitucional do teto de gastos, sinalizando para o mundo em geral e aos investidores em particular que responsabilidade fiscal continua sendo um valor supremo da política econômica do país.

VIVALDO LOPES, economista formado pela UFMT, onde lecionou na Faculdade de Economia. É pós-graduado em MBA Gestão Financeira Empresarial-FIA/USP (vivaldo@uol.com.br)



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

DISPUTA AO SENADO

Cotado para 'herdar' chapa do vice-governador, Max Russi anuncia que não vai disputar a senatória devido à divisão do arco de alianças

Sem Pivetta, aliados se dividem

Gilberto Leite/Arquivo

Gabriel Soares

Com a desistência do vice-governador Otaviano Pivetta (PDT) de concorrer ao Senado, o grupo de partidos que haviam se aglutinado em torno do projeto se debandou. Nesta sexta-feira (4), o deputado estadual Max Russi (PSB) anunciou que não vai tentar 'herdar' a chapa.

Max revelou que o recuo de Pivetta pegou todos os seus aliados de surpresa, inclusive ele, que deveria ser o coordenador da campanha. "Eu não pensava nessa possibilidade", disse. Com isso, os partidos aliados ainda estão divididos sobre quem apoiar. O PV já anunciou apoio à candidatura de Carlos Fávaro (PSD), ao passo que Pivetta deve levar o PDT para o lado de Nilson Leitão (PSDB),

segundo conversas de bastidores.

"Como eu não planejei nada, ir para uma campanha para ficar devendo, assumir conta e compromisso de última hora, é bastante complicado. Teria que ter um grande arco de alianças, mas também não se configurou isso. Os partidos ainda estão bastante indecisos sobre como vão caminhar, qual o encaminhamento. Então, em virtude de tudo isso, eu vou continuar com o projeto inicial, que é eleger o maior número de prefeitos e de vereadores", explicou Russi.

Max tinha pretensão de disputar a vaga no Senado Federal desde o início do ano. Em janeiro, chegou inclusive a divulgar que tinha o apoio do presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira. Contudo, dei-

xou sua pretensão de lado após o começo das tratativas, inspirado na construção do projeto de Pivetta.

Agora, como presidente estadual do PSB, precisa se dedicar ao fortalecimento do partido nas eleições municipais, e terá bastante trabalho: ele prevê lançar 59 candidatos a prefeito, entre eles a própria esposa, Andreia Wagner (PSB).

"A minha mulher é candidata em Jaciara a prefeita. Já estava se planejando para isso, já estava preparada", disse. "[O PSB] está com 59 candidaturas a prefeito e 1.386 candidatos a vereador no estado. Estamos com candidatura forte em Várzea Grande e Cáceres. Temos ainda mais 18 pré-candidatos a vice", completou.

Sobre o posicionamento do partido na disputa ao Senado, Max



Atendendo a pedido de Mendes, Pivetta desiste de concorrer ao Senado

ainda não decidiu. Garantiu que irá caminhar junto a algum dos candidatos, mas as conversas sobre essa aliança ainda não tiveram iní-

cio, já que a dissolução do 'projeto Pivetta' ainda é recente. "Nós vamos apoiar alguém, mas agora que vamos começar a conversar. Ainda

não tem nada certo. Tem que levar para o partido os candidatos, para ver como que a gente consegue caminhar", argumentou.

EFEITO DA PANDEMIA

Mauro Mendes: tecnologia revolucionou a política

Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) afirmou que o período eleitoral não deve afetar a votação de projetos importantes do governo. Normalmente, os deputados pouco comparecem à Assembleia Legislativa devido à participação nas campanhas. Só que agora as sessões estão sendo realizadas de forma virtual e os parlamentares poderão ficar em suas bases e, ainda as-

sim, participar das votações.

De acordo com o governador, apesar das dores e das consequências, a pandemia serviu para evidenciar ainda mais que a tecnologia é a solução para reduzir custos e 'revolucionar velhos comportamentos'.

"Nós precisamos usar mais essa tecnologia a nosso favor. Então o deputado pode ficar na sua base, pode ficar na sua cidade fazendo campanha e participar todo o dia das ses-

sões da Assembleia Legislativa. Acho que isso é um novo momento. Isso vai trazer economicidade, vai custar muito menos à Assembleia, vai custar muito menos ao Congresso Nacional, vai gastar muito menos dinheiro público com passagens, com diárias", afirmou Mendes, destacando que a pandemia também provocou uma 'revolução positiva'.

O governador revelou que pretende enviar projetos importantes para o Parlamento

estadual, mas nada de 'muito polêmico', pois as pautas 'mais quentes' já foram votadas pela ALMT, como a PEC da reforma da Previdência e o aumento da contribuição previdenciária para 14%.

Uma das propostas que deverá ser votada em breve pelo Parlamento também se trata da Previdência, que estabelece uma Previdência Complementar. A adesão a essa modalidade de previdência é uma determinação feita pela refor-

ma previdenciária nacional, que também mandou estados e municípios aumentarem a percentagem de recolhimento.

"Projetos importantes, teremos sim alguns. Não necessariamente polêmicos, mas muitos projetos importantes para Mato Grosso, e todos eles nós teremos a coragem de mandar até o último dia do mandato", disse Mendes, que não chegou a especificar quais os demais projetos que pretende apresentar.



Pedro França/Agência Senado/Arquivo

Apesar de ter um nome do próprio partido na disputa, Selma diz que ainda não decidiu quem irá apoiar

RACHA NO PODEMOS?

Selma 'esquece' nome de Medeiros

Da redação

A senadora cassada Selma Arruda parece ter esquecido que seu partido, o Podemos, tem candidato próprio para ocupar a sua vaga na eleição que ocorre em 15 de novembro deste ano. Nesta semana, Selma publicou um vídeo em suas redes sociais no qual responde seguidores sobre quem ela vai apoiar na disputa eleitoral. Selma não cita Medeiros e diz que em breve vai publicar um novo vídeo sobre seus pré-candidatos.

O Podemos pretende lançar chapa pura ao Senado, com o deputado federal José Medeiros na

cabeca de chapa e o vice-prefeito de Cuiabá, Niuani Ribeiro, na segunda suplência.

"Eu quero dizer a você, você que está me procurando, mandando mensagens e me procura nas redes sociais para perguntar quem eu vou apoiar para o Senado, pode ter certeza eu vou apoiar alguém e vou dizer para vocês quem é a melhor pessoa. Também vou apoiar alguns candidatos a prefeito que eu conheço, sei da retidão, da postura dessas pessoas", afirmou.

Selma disse ainda que não vai apoiar candidatos sem o seu aval em relação a sua conduta.

Ela afirmou também estar de olho nas intenções das pessoas e também nos políticos que estão se portando como pré-candidatos. "Estamos de olho nas intenções das pessoas, em quem está querendo se portar como candidatos, em quem tem e quem não tem boa intenção com o povo mato-grossense".

Selma Arruda, que teve o mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TER-MT) em abril de 2019, também disse ter sido 'injustiçada' pela punição. Ela e seu primeiro suplente, Gilberto Possamai, foram cassados e ficaram inelegíveis

por oito anos. A decisão foi confirmada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em dezembro de 2019, mas ela ainda tenta uma última cartada no Supremo Tribunal Federal (STF).

"Eu espero que vocês assistam esse vídeo até o fim porque hoje estou aqui para falar uma coisa muito importante para você. Para você que acredita que Mato Grosso pode ser melhor, para você que ficou decepcionado com o que aconteceu comigo, com o que fizeram comigo, a injustiça que fizeram comigo no Senado Federal", disse, no começo do vídeo.

NASCENTES ENTERRADAS

MP aciona Estado por danos ambientais do VLT

Gabriel Soares

O Ministério Público de Mato Grosso (MP-MT) ingressou com uma ação civil pública contra o Estado por mais um problema envolvendo o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Desta vez, o MP quer que o Estado corrija os danos ambientais causados na área onde deveria ser construído o Centro de Controle Operacional (CCO) do VLT, além de pagar indenização de R\$ 3,6 milhões pelos prejuízos causados ao meio ambiente.

O terreno onde deveria ser construído o Centro de Controle foi doado pela Empresa

Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e fica localizado próximo ao Aeroporto de Várzea Grande. Com 132.676 m², a área abriga recursos naturais considerados relevantes, pois se trata de uma área úmida, com diversas nascentes de água e vegetação típica de Cerrado.

Na ação, o MP destaca que a vegetação nativa da área foi suprimida e o solo alagado foi substituído. Além disso, foram realizados todos os trabalhos de terraplanagem e de drenagem superficial e profunda, para dar sustentação à estrutura que seria construída no local. Por isso,

o MP pede que o Estado desfaça as alterações, promovendo a descompactação do solo em parte do terreno e na Área de Preservação Permanente do Córrego Aeroporto, além de promover a regeneração da vegetação local com o banco de sementes já existente.

"O Estudo de Impacto Ambiental elaborado para construção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) reconheceu características ambientais existentes na área degradada pelo Estado de Mato Grosso, contudo, tais fatores não foram suficientes para frear a ação degradadora ou ao menos mi-

tigar seus efeitos, vez que o licenciamento ambiental não foi realizado especificamente para o CCO e sim para o empreendimento consórcio VLT como um todo", narrou a promotora Maria Fernanda Corrêa da Costa, em trecho da ação.

Além da correção dos danos ambientais, o Ministério Público pede que o Estado seja condenado a pagar indenização civil pecuniária no valor de R\$ 3.603.911,70. O valor deverá ser destinado ao Fundo Municipal de Meio Ambiente de Várzea Grande, para aplicação em ações de preservação ambiental no município.

A promotora também relatou que foi realizada uma audiência com o Estado em agosto de 2018 para tratar da compensação ambiental pelos danos causados na área. Contudo, segundo ela, o Estado se eximiu da integral responsabilidade pelo dano ambiental ocorrido.

"É evidente que o Estado de Mato Grosso tinha pleno conhecimento das restrições ambientais existentes na área, eis que foram necessários seis drenos profundos no local e, ainda, o rebaixamento do córrego Aeroporto para possibilitar o escoamento da água", avalia.

SONHO ANTIGO

Governo espera atrair investimentos para a Região Oeste com a conclusão da Zona de Processamento de Exportação, aguardada há mais de 30 anos

“ZPE de Cáceres sairá do papel”

Mayke Toscano/Secom-MT

Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) prevê que a conclusão das obras da Zona de Processamento de Exportação, em Cáceres, trará grande desenvolvimento para a região e todo o estado de Mato Grosso. A declaração ocorreu em visita ao local, nesta terça-feira (1). Cerca de 15% da obra já está pronta e o prazo para concluir é de 15 meses.

“A ZPE era um sonho de mais de 30 anos, que foi implantado aqui em Mato Grosso e ficou no papel. A obra começou em 2016, passou por licitação, parou. Em 2017, foi retomada, mas ainda temos um desafio grande de inaugurá-la e, consequentemente, gerar empregos e promover o desenvolvimento na Região Oeste, que também merece

esta atenção especial”, disse.

As obras foram retomadas pelo governo do Estado no final do mês de fevereiro, após mais de 30 anos de espera. Segundo o secretário de Estado de Infraestrutura, Marcelo de Oliveira, já foram concluídas as fundações de todos os blocos da obra e estão em andamento os serviços de terraplanagem e alvenaria em alguns trechos.

Serão investidos na obra R\$ 15,4 milhões do Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso (Fundec), que é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec). Segundo o secretário César Miranda, titular da Sedec, a ZPE facilitará a vinda de investimentos para o Estado.

“Será interessante para que os investidores que queiram exportar tenham um recinto alfandegado, com benefícios fiscais não só do Estado, mas também do governo federal, no que se refere à zona de exportação. Também estamos trabalhando para fomentar novos investimentos e colocar a ZPE para funcionar”, destacou.

A conclusão da obra vai possibilitar a ampliação da competitividade para as exportações de Mato Grosso, já que vai permitir a instalação de empresas voltadas à produção de bens a serem comercializados no exterior, que terão acesso a tratamento tributário, cambial e administrativo específico.

O governador foi acompanhado pelos deputados Waldir Barranco (PRB), Wilson



Mendes aposta na conclusão das obras da ZPE, em Cáceres, para gerar empregos e desenvolvimento na região Oeste

Santos (PSDB), Dilmar Dal Bosco (DEM) e Max Russi (PSB), além dos secretários Marcelo Oli-

veira (Sinfra), Gilberto Figueiredo (Saúde), e Jefferson Moreno (adjunto de Turismo). Também

estiveram no local os deputados federais Neri Geller (PP) e Dr. Leonardo (Solidariedade).

VOLTA POR CIMA

Valter Albano é eleito corregedor-geral do TCE

Da redação

Reintegrado ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), o conselheiro Valter Albano já foi eleito para o cargo de corregedor-geral da Corte. A questão foi colocada em pauta após o conselheiro substituído Moisés Maciel, que estava como interino, questionar o ato que o destituiu da função, já que havia sido eleito para o cargo. Após uma breve discussão, ficou entendi-

do que conselheiro substituído não poderia ocupar a corregedoria.

Ele ingressou com um mandado de segurança na Justiça para anular o ato. Segundo Maciel, a Constituição Estadual afirma que o cargo deve ser exercido por conselheiro, mas não diz se é conselheiro substituído, interino ou em substituição. Para ele, sua destituição deveria ser por via judicial e também deveria ter o direito

ao contraditório e à ampla defesa. Ele entendeu a medida como punição.

“Eu quero dizer a todos os colegas que, resignado com isso, eu ajuizei mandado de segurança porque, com as devidas vêniãs, nós estamos em um estado democrático de direito e em um Estado Democrático de Direito há de se respeitar aqueles que foram eleitos para cumprir um determinado mandato. Esse determi-

nado mandato, senhor presidente [Guilherme Maluf] só se encerra juntamente com vosso mandato”, afirmou.

Maciel afirmou que o ato foi arbitrário e que maculou sua imagem, pois amigos, familiares e colegas estariam o questionando sobre o que teria feito de errado para ser destituído do cargo. Ele ainda disse que Valter Albano foi “injustiçado”, mas agora é ele quem o está sen-

do. “Neste momento, quem está sofrendo humilhação pública sou eu, o jornal está dizendo: foi destituído; destituição é pena”, disse.

Depois disso, os conselheiros foram ouvidos, mas apenas João Batista Camargo deu razão a Moisés Maciel. Camargo ainda propôs adiar a eleição e esperar até a próxima sessão, entretanto, como ainda não há decisão judicial impedindo a realização da

eleição, ficou decidido realizar o pleito, momento em que Albano foi o único candidato.

“Eu não desejo nenhum cargo que não seja o meu, mas nunca deixei de cumprir a ordem constitucional e as leis e, no momento, sou o único titular que está fora de cargo na Mesa Diretora, então me proponho a cumprir a missão”, afirmou Albano, que foi eleito para a função que vai se encerrar em 2021.

VOLTA ÀS AULAS

‘A questão não é quando, mas como’

Da redação

As escolas públicas deverão priorizar aulas ao ar livre e não poderão utilizar aparelhos de ar-condicionado quando retomarem as aulas presenciais. A informação consta em um projeto de lei que deve ser apresentado na Assembleia Legislativa, que estabelece diretrizes para a retomada das aulas. O projeto é um anexo ao relatório final da comissão especial da Assembleia Legislativa de Mato Grosso sobre o retorno das aulas presenciais.

Segundo o deputado Valdir Barranco (PT), presidente da comissão, a grande questão não é quando as aulas irão retornar, mas como será esse processo. Para dar direcionamento aos mu-

nicípios e à Secretaria de Estado de Educação (Seduc), os parlamentares ouviram diversos especialistas para traçar diretrizes e garantir a segurança dos alunos e profissionais da área.

Dentre as sugestões, está a criação de comissões nos âmbitos estadual e municipais, que serão presididas pelos gestores, para avaliar de forma permanente o comportamento da pandemia em cada região.

“O principal ponto é possível apontar com segurança quando retornar às atividades escolares. Alguns países que são muito mais avançados fizeram investimentos bastante virtuosos, começaram e tiveram que voltar atrás. Então, a pergunta não é quando, mas sim como. Acho que é um

ponto que ficou bastante estabelecido, o relatório final aponta caminhos”, afirmou Barranco.

O Parlamento estadual também deverá votar diversos projetos de lei estabelecendo marcos legais para a retomada das aulas com segurança para alunos e professores, além da criação de uma plataforma digital. A plataforma deve ficar pronta ainda neste ano e terá contribuição financeira da Assembleia Legislativa.

Foram 120 dias de funcionamento da comissão, que ouviu especialistas de todo o país para elaborar um extenso relatório de quase 90 páginas. As escolas também deverão oferecer testes para os professores e para uma amostra de alunos a cada 21 dias, mas o prazo pode

ser reduzido para 15, conforme sugestão do deputado Lúdio Cabral (PT).

De acordo com a secretária de Estado de Educação, Marioneide Kliemaschewsk, a maior dificuldade no período de pandemia é alcançar todos os alunos por meio digital. Ela também não acredita que seja possível retomar as aulas neste momento.

“Fica aqui a minha preocupação, quando ontem falava com o secretário de Saúde [Gilberto Figueiredo], discutíamos sobre a situação de retomada de aulas presenciais, quando a gente não vê isso, neste momento, um fator possível no estado de Mato Grosso em virtude de que, para nós, 25 a 28 mortes por dia ainda são muitas perdas de vidas”, destacou.

PANDEMIA

Rosa Neide é a única a não votar PL contra corruptos

Da redação

A deputada federal Rosa Neide, do PT de Mato Grosso, foi a única parlamentar do Brasil que ficou ‘em cima do muro’ quanto ao projeto de lei 1.485/2020, que aumenta as penas para desvios de recursos destinados ao enfrentamento do novo coronavírus. O projeto foi aprovado com 421 votos favoráveis, 64 contrários e apenas uma abstenção, de Rosa Neide.

Do Partido dos Trabalhadores, apenas a deputada Erika Kokay, do Distrito Federal, não acatou a recomendação do partido e votou sim ao projeto, de autoria da deputada Adriana Ventura (Novo), de São Paulo. O texto, que foi aprovado com ampla maioria, será encaminhado para análise do Senado Federal.

Somente três partidos votaram contra: PT, PSOL e PC do B. Alguns parlamentares não participaram da sessão.

Segundo o líder do PT na Câmara Federal, Enio Verri, do Paraná, o pro-

cesso de Código Penal, em que as penas para as pessoas condenadas estão relacionadas a outras penas. Para o líder, o projeto foi feito para os parlamentares aparecerem na mídia e, por isso, ele defendeu que votar contra o projeto é uma questão de princípio do partido.

“Ele desestruturou todo esse processo e atende muito mais a um projeto para ser chamado a atenção da imprensa do que de fato ter efetividade na vida das pessoas. Já temos o Código de Processo Penal, ele já é feito de forma estruturada e quem comete crime deve ser preso e responder”, sustentou.

O projeto dobra as penas para crimes cometidos por funcionários contra a administração pública, como corrupção passiva (exigir ou receber propina), peculato (apropriar-se de valores) e emprego irregular de verbas públicas. Também duplica para corrupção ativa (oferece propina a funcionário público).

PROPINAS DE SILVAL

Nadaf é incluído na ‘ação do mensalinho’

Da redação

O juiz da Vara Especializada em Ação Civil Pública e Ação Popular, Bruno D’Oliveira Marques, incluiu o delator e ex-chefe da Casa Civil, Pedro Nadaf, no polo passivo de uma ação por improbidade administrativa movida pelo Ministério Público de Mato Grosso (MP-MT). A ação tramita em segredo de

justiça em razão de Nadaf ser delator.

“Considerando que sequer restou efetivada a citação da parte requerida, defiro o pedido de inclusão de Pedro Jamil Nadaf no polo passivo, o que faço com fulcro no art. 329, inciso I, do Código de Processo Civil”, determinou o juiz em decisão publicada no Diário Oficial de Justiça na última quinta-feira (3).

A ação ainda tem como réus o ex-deputado José Joaquim de Souza Filho, o Baiano Filho; o ex-governador Silval Barbosa; Sílvio César Corrêa Araújo, ex-chefe de gabinete de Silval; e os ex-secretários de Estado Maurício Guimarães e Valdivino Viriato. A ação tem causa estimada em R\$ 5,4 milhões e apura vários crimes, como dano ao erário e enriquecimento ilícito.

O juiz Luís Aparecido Bertolussi já havia determinado bloqueio, em 2018, de bens de bens e valores de Baiano Filho na ordem de R\$ 1,2 milhão, além dos outros réus. A ação apura o aparecimento de Baiano e outros deputados recebendo maços de dinheiro de Sílvio Corrêa, que, supostamente, seria propina para apoiar o governo de Silval Barbosa.

JUDICIÁRIO

Vinte advogados e sete membros do MP são cotados para concorrer às vagas de desembargador destinadas ao Quinto Constitucional

A corrida por uma vaga no TJ

Gilberto Leite

Da redação

Vinte advogados já demonstraram interesse em concorrer à vaga de desembargador destinada à Ordem dos Advogados do Brasil de Mato Grosso (OAB) pelo Quinto Constitucional. Dentre os interessados na vaga estão dois ex-presidentes da OAB-MT, Francisco Faiad e Ussiel Tavares, além do atual presidente, Leonardo Campos. A previsão é que o processo de escolha seja deflagrado neste mês de setembro.

Uma lista com seis nomes será elaborada após votação direta de todos os advogados de Mato Grosso. Depois disso, a lista passa por mais um filtro, desta vez do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), que reduzirá para três nomes. Só en-

tão é que ela será encaminhada ao governador Mauro Mendes (DEM), que escolherá um para nomear.

Dentre os favoritos que devem disputar a cadeira estão Francisco Faiad, que foi presidente da Ordem por duas vezes e é atual presidente do MDB em Cuiabá, Ussiel Tavares, que também foi presidente da Ordem e do diretório estadual do PSDB, mas se desfilou do partido em 2018 para se dedicar à advocacia.

Das nove vagas criadas no TJMT, sete serão preenchidas por juizes de carreira, uma vaga por um membro do Ministério Público e outra pela OAB-MT, conforme determina o "Quinto Constitucional", estabelecido no artigo 94 da Constituição. 80% das vagas devem ser preen-

chidas por juizes, 10% por advogados e 10% pelo MP.

O processo para a criação das novas vagas começou em fevereiro deste ano, quando o TJMT aprovou o anteprojeto, que foi aprovado pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) com 18 votos favoráveis, três contrários e duas ausências. Após a nomeação dos novos magistrados, o TJMT passará a contar com 39 desembargadores.

Com a chegada dos novos desembargadores, o TJMT criará três Câmaras: uma de Direito Privado, outra de Direito Criminal e mais uma de Direito Público e Coletivo. Segundo o presidente do TJMT, Carlos Alberto Alves da Rocha, a medida é necessária para atender à crescente demanda do Judiciário.

OS COTADOS DA OAB:

Ana Flávia Aquino
André Stumpf
Armando Cândia
Breno Miranda
Cláudio Alves
Flaviano Taques
Francisco Faiad
Francisco Sgaibe
Gabriela Novis
Geandre Bucair
Glaucia Amaral
João Celestino
Josemar Carmerino dos Santos
Marden Elvis Tortorelli

Osvaldo Cardoso
Pio da Silva
Renato Viana
Ricardo Almeida
Sebastião Monteiro
Ussiel Tavares

OS COTADOS DO MP:

Adriano Streicher
Arnaldo Justino
Eunice Helena Rodrigues
Lindinalva Rodrigues
Mauro Zaque
Márcia Furlan
Wesley Sanches Lacerda



As duas vagas de desembargador destinadas ao Quinto Constitucional já atraem interesse de 27 juristas

VÁRZEA GRANDE

Cinco candidatos disputam apoio da família Campos

Da redação

Apostando na boa avaliação da prefeita Lucimar Campos (DEM), em Várzea Grande, o senador Jayme Campos (DEM) está confiante que conseguirá montar uma coligação forte para disputar as eleições que ocorrerão em 15 de novembro. Questionado sobre o apoio de dez partidos ao pré-candidato de oposição, Flávio Vargas (PSB), Jayme ironizou afirmando que ainda tem outros 26 partidos à disposição.

"Tem 36 partidos no Brasil, se ele tem dez, nós podemos ter 26. Então tem um vasto campo para ser trabalhado", disse. Ainda segundo Jayme, somente após a realização das convenções partidárias é que os pré-candidatos poderão

se colocar como candidatos de fato e realizar campanha.

Dentre os partidos que já declararam apoio ao projeto do pré-candidato de oposição estão: PSD, PROS, PSL, PSC, PRB, Patriota, Solidariedade, PRTB, DC, PDT, além do PSB. Já por outro lado, os Campos ainda não têm nomes definidos para a disputa. A atual prefeita, Lucimar Campos, não poderá concorrer pois já está em seu segundo mandato.

O senador disse ainda que Vargas não é "uma dor de cabeça" para as eleições, mas que não subestima nenhum adversário. "Respeito todos, é um direito líquido e certo dele. Agora que vai para a rua, aí vamos ver quem tiver melhor proposta, quem tiver

mais café no bule. Quem tiver, de fato, respeito pela opinião pública de Várzea Grande, quem vai ser o vencedor", disse.

Além de Vargas, Várzea Grande ainda deverá ter outros dois nomes na oposição, sendo eles o ex-prefeito e médico Wallace Guimarães (PV) e o empresário Orival Bini (Podemos), mais conhecido como Bino do Galpão.

Cinco candidatos disputam o apoio dos Campos: eles o deputado federal Emanuelzinho (PTB), o ex-vereador e ex-secretário Kalil Baracat (MDB), o presidente da Câmara de Vereadores Fábio Tardin, o empresário Júlio Pacheco e o vice-prefeito José Hazama. Esses três últimos são do Democratas, partido de Júlio e Jayme Campos.

DISPUTA EM CUIABÁ

Felipe Wellaton descarta ser vice na chapa do PSDB

Da redação

O vereador Felipe Wellaton (Cidadania) confirmou que recebeu convite para ser candidato a vice-prefeito na chapa do empresário Dorileo Leal (PSDB), mas descartou a possibilidade. Por meio das redes sociais, o vereador de oposição agradeceu a referência, mas afirmou que irá manter seu projeto.

"Muitas mensagens pela manhã e a reportagem do 'Olhar Direto' que disse que eu poderia ser vice do empresário Dorileo Leal, da Gazeta. Eu recebi o convite, agradeço a referência, mas continuamos pré-candidato a prefeito e vamos pra cima", disse o parlamentar.

Antes de se eleger vereador, Wellaton trabalhava com vários pro-

jetos sociais como o Coletivo Cuiabá, fundado em 2013, e também fundou a Associação Jovens Empreendedores (AJE). Além disso, idealizou o programa de formação política "Protagonize", que atraiu jovens interessados em ingressar na política.

A oposição em Cuiabá, até o momento, tem três pré-candidatos que poderão enfrentar o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) nas urnas. O principal opositor, vereador Abílio Brunini (Podemos), já confirmou que não vai recuar da disputa.

Ainda há a possibilidade de uma candidatura do vereador Marcelo Bussiki, que pode ser uma opção para o Democratas, caso o presidente estadual do partido, suplente de senador

Fábio Garcia, escolha não disputar as eleições.

CONVENÇÕES - As pré-candidaturas serão definidas a partir desta segunda-feira (31), quando abre o prazo para os partidos realizarem suas convenções e oficializarem os pré-candidatos. Somente após isso e o registro das candidaturas é que poderão pedir votos, se declararem como candidatos e iniciarem as campanhas.

Tudo indica que a eleição em Cuiabá deve ser bastante disputada, já que mais de 10 pessoas se declararam como pré-candidatos. Os partidos têm preferência, neste ano, por lançar nomes próprios para facilitar a eleição de vereadores, já que não poderão formar coligações para eleger vereadores.

PROCESSO ARQUIVADO

Por 5 votos a 2, Neri Geller é absolvido pelo TRE

Gabriel Soares

O Pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) julgou improcedente a ação que pedia a cassação de mandato do deputado federal Neri Geller (PP), líder da bancada federal, por suposto abuso de poder econômico e recebimento 'ilícito' de campanha durante as eleições de 2018. O voto decisivo foi

proferido pelo juiz Gilberto Lopes Bussiki nessa terça (1º).

Bussiki havia pedido vista do processo na semana passada. Ontem, ao devolver os autos, decidiu acompanhar os colegas, fechando o placar em 5 votos pela manutenção do mandato de Geller e apenas 2 contrários.

Geller era acusado de abuso de poder econômico por exceder o limite de gastos na

campanha de 2018. Contudo, ele demonstrou que a movimentação de mais de R\$ 2,5 milhões foi respaldada em uma consulta feita ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) antes do início da campanha.

Quanto à acusação de recebimento de recursos por fonte vedada, o parlamentar já havia comprovado com documentos fiscais que a movimentação finan-

ceira feita no período eleitoral era pela venda de produtos agrícolas, já que é produtor rural há mais de 20 anos e tem faturamento anual de R\$ 11 milhões.

"Enfim a justiça foi feita. Quebraram meu sigilo bancário e fiscal e eu nem recorri porque fiz questão que comprovassem a veracidade de 100% do que estava lá, tudo foi devidamente declarado no meu Im-

posto de Renda. As movimentações comerciais que fiz possuem contrato de compra e venda e a respectiva nota fiscal. Inclusive, essa documentação está anexada no processo há praticamente dois anos", ressaltou Geller.

O advogado que promove a defesa do deputado, Flávio Caldeira Barra, reafirma que sempre acreditou no posicionamento técnico

do TRE: "Não esperava nada além disso, visto o caráter isento e técnico desta Corte".

Votaram a favor do deputado federal Sebastião Monteiro, Jackson Coutinho, Bruno D'Oliveira Marques e o presidente Gilberto Lopes Bussiki. Pela cassação do diploma: o relator Sebastião Barbosa e Fábio Henrique Fiorenza.

(Com informações da assessoria)

GANHA TEMPO

Ao descobrir diversas irregularidades por parte da Rio Verde, o governo irá assumir a gestão das sete unidades espalhadas em Mato Grosso

Empresa realizava falsos serviços

Gilberto Leite

Da redação

Uma operação desencadeada pela Delegacia Especializada de Combate à Corrupção (Deccor) na manhã desta terça-feira (1) revelou que a empresa Rio Verde, responsável por administrar sete unidades do Ganha Tempo em Mato Grosso, praticava diversas irregularidades contratuais com o objetivo de lesar o Estado e faturar milhões de reais irregularmente.

Após receber uma denúncia da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) e a Controladoria Geral do Estado (CGE), a Polícia Civil iniciou as investigações que identificou, por parte da Rio Verde, a fabricação de falsos atendimentos nas unidades, tendo em vista que parte da remuneração prevista no contrato era mediante o número de atendimentos mensais realizados.

O contrato da Rio Verde com o Estado tem vigência de 15 anos e foi firmado no valor de R\$ 461 milhões. Foi determinado, após investigação, o bloqueio de quase R\$ 7 milhões nas contas da empresa e de seu sócio administrador. O valor corresponde ao provável prejuízo sofrido pelo Estado dentro do que foi apurado em

relação a pagamentos de atendimentos fraudulentos no período de março de 2018 a janeiro de 2020.

Em coletiva de imprensa realizada nesta terça-feira, a polícia revelou ainda que não é possível ter a dimensão do quanto a empresa fraudou. Só será possível ter uma precisão maior do prejuízo após 90 dias, período em que a Seplag estará à frente da administração das unidades no estado.

O delegado José Ricardo Bruno, da Deccor, detalhou que durante as investigações foram levantadas diversas irregularidades, como, por exemplo, o atendimento para uma pessoa no mesmo dia em uma distância de 200 quilômetros em diferentes unidades.

“Temos duplicação de CPFs (Cadastro de Pessoas Físicas) e vários atendimentos para o mesmo CPF, além de atendimentos lançados sem os CPFs; atendimentos simultâneos ocorridos em duas unidades e às vezes em municípios diferentes; desistências em atendimentos que foram computados como efetivamente prestados; atendimentos que aconteciam em menos de 30 segundos e a SGE apontou que era humanamente impossível, além

de outras modalidades na parte variável da remuneração”, detalhou.

De acordo com o delegado titular Eduardo Botelho, a empresa Rio Verde está sendo investigada pelo crime de peculato e associação criminosa. A operação aconteceu em Cuiabá, Sinop, Barra do Garças, Rondonópolis, Cáceres e também em São Paulo (SP).

A licitação do Ganha Tempo já foi alvo de revisão por Tribunal de Contas do Estado (TCE), pois, quando vencida na gestão do ex-governador Pedro Taques, a Rio Verde foi denunciada por falta de comprovação de experiência na implantação de unidade de atendimento com os requisitos compatíveis com os exigidos no edital, falta de experiência dos profissionais, além da falta de capacidade técnica para operar o serviço.

OUTRO LADO - Por meio de nota, a empresa afirmou que é a maior do país no segmento e negou que tenha recebido valor ilícito do Estado neste período que está à frente da administração das unidades do Ganha Tempo em Mato Grosso.

A Rio Verde informou ainda que os valores citados como irregulares pela CGE (R\$ \$ 6.366,858,81) não foram



Auditorias apontaram 105 mil atendimentos fictícios no Ganha Tempo entre março de 2018 e janeiro de 2020

pagos pelo Estado e que o custo por atendimento é de R\$ 13,30, representando uma economia de R\$ 18,70 aos cofres públicos. Por fim, a empresa informou que “as provas serão apresentadas na defesa da auditoria aberta pela Controladoria”.

ESTADO ASSUMIRÁ GESTÃO - O governo do Estado irá assumir a

gestão das unidades e a prestação dos serviços nos postos do Ganha Tempo espalhados em Mato Grosso, devendo se manifestar em 90 dias sobre a necessidade e viabilidade de intervenção na concessão.

O secretário de Planejamento e Gestão, Basílio Bezerra, explicou que após a operação, por força judicial, a admi-

nistração ficará a cargo do Estado.

Bezerra explicou que a Seplag vai traçar uma forma de como vai atuar no local, até pela situação ser nova e assumir todo o serviço. Os serviços nas unidades durante 90 dias serão realizados por parceiros do Estado como Politec, Sine, INSS, além dos prestadores de serviços.

4 MESES EM QUEDA

Mato Grosso registra saldo positivo de empregos formais

Da redação

Conforme dados divulgados pelo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), o Brasil encerrou o mês de julho com 1.042.650 mil admissões, contra 912.640 desligamentos, ficando com saldo positivo de 131.010 novos postos de trabalho com carteira assinada. Mato Grosso encerrou o mês com 28.081 mil admissões, contra 22.521 mil desligamentos, ficando com saldo positivo de 5.560 novos postos de trabalho formais.

A capital mato-grossense também encerrou o mês de julho com saldo positivo desde o início da pandemia. Foram quatro meses de queda em Cuiabá, conforme informações do Caged. Segundo o órgão, em março deste ano foram -725 postos de trabalho, já em abril -3.850, em maio -842, em junho -277, totalizando o fechamento de -5.694 postos de trabalho. Porém, em julho o saldo voltou a ficar positivo com 367 postos de trabalhos gerados.

Os dados revelam que o pior da crise causada pela pandemia do novo coronavírus foi em abril.

A Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL Cuiabá) está otimista após ana-

lisar os dados. “Mesmo após toda essa crise que passamos e apesar de o cenário atual ainda requerer atenção, com a retomada mais ampliada das atividades econômicas fica evidente que será possível gerar mais postos de trabalho formais durante os próximos meses, ainda mais por termos datas sazonais que favorecerão o consumo e consequentemente mais recursos serão injetados na economia”, afirmou o superintendente da entidade, Fábio Granja.

As próximas datas previstas no calendário são Semana Brasil, que deve acontecer de 3 a 13 de setembro, no Dia das Crianças (12 de outubro), Black Friday que deve acontecer no dia 27 de novembro, e o Natal, em dezembro.

“São períodos em que se vende mais e certamente é uma grande oportunidade para o comércio se reerguer após essa crise que devastou a nossa economia, é claro que não conseguimos recuperar todos os prejuízos causados pela pandemia, porém, a expectativa é que mesmo de forma gradativa a curva de crescimento volte a ficar positiva”, sintetiza Granja.

(Com Assessoria de Imprensa)

NOVAS MEDIDAS

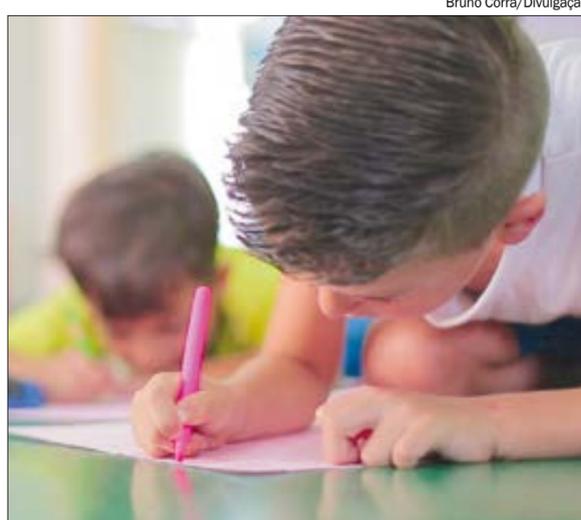
Cuiabá libera creches e berçários

Gabriel Soares

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), editou novo decreto nesta quarta-feira (2) liberando a volta das atividades presenciais de educação infantil (berçário e maternal) nas unidades de ensino particulares. A norma também libera a utilização dos espaços comuns dos condomínios residenciais e altera horários de funcionamento do comércio, trazendo regras específicas para a “Semana do Brasil”, evento conhecido como a “Black Friday” brasileira.

“Graças às medidas adotadas pela Prefeitura, Cuiabá alcançou estabilidade. Mas não é um ‘liberou geral’”. É um procedimento que estamos colocando em prática para dar mais condição de girar o comércio e dos empreendedores recuperar ou diminuir as perdas por conta da pandemia”, explicou Emanuel Pinheiro.

O retorno da educação infantil é um apelo dos empresários do setor desde julho. À época, o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino (Sinepe-MT), Gelson Menegatti, explicou que a retomada das aulas presenciais também atende às necessidades dos pais. Isso porque a indústria e o comércio reabriram as portas e os trabalhadores ficaram sem opção de ter com quem deixar seus filhos, já que as escolas estão todas fechadas.



Bruno Corrê/Divulgação

Retorno de creches e berçários em Cuiabá libera pais para a volta ao trabalho

Com o novo decreto, a educação infantil poderá retornar ao funcionamento a partir da próxima quinta-feira, 10 de setembro. Para isso, precisarão adotar uma série de medidas de biossegurança, que são apresentadas no decreto. Entre elas está o limite de ocupação máxima de 50% da capacidade da sala de aula, com no máximo 15 alunos por sala.

As demais modalidades de ensino permanecerem com as atividades presenciais suspensas até 30 de setembro de 2020.

O novo decreto também determina a prorrogação do toque de recolher em Cuiabá do dia 7 até 21 de setembro, no período compreendido entre 23h e 5h. “Não estamos promovendo o ‘liberou geral’, pois não superamos o vírus. Es-

tamos nesse caminho e, nesse momento, temos que conviver com o vírus, com toda segurança”, disse o prefeito.

De acordo com o decreto, os moradores dos condomínios poderão voltar a utilizar áreas como salões de jogos, academias de ginástica e musculação, playgrounds, brinquedotecas, piscinas, quiosques, espaço gourmet, salões de festa e congêneres. A autorização, todavia, está condicionada ao atendimento dos protocolos de convivência e de distanciamento social.

Segundo a prefeitura, a liberação da utilização das áreas comuns dos condomínios residenciais foi feita com base em debates coletivos com representantes dos administradores de condomínios. Da mesma forma, as medidas adotadas para as conveniências dos postos de gasolina foram discutidas com a diretoria do Sindicato Patronal dos Postos de Combustíveis (Sindipetróleo).

CONFIRA AS NOVAS REGRAS:

Condomínios: Liberado o uso dos espaços de uso comum. Cabe aos síndicos e administrações definir a melhor forma de ocupação, respeitando todas as medidas de biossegurança e recomendações para evitar aglomerações.

Rede privada de ensino: Berçário, maternal 1 e 2 retomam dia 10/09 com 50% da capacidade da sala de aula, respeitando o limite máximo de 15 alunos por turma.

Rede pública de ensino: prorrogada a suspensão até 30/09.

Toque de recolher das 23h às 5h: prorrogado até 21/09.

Parques públicos municipais: reabertos para atividades esportivas individuais a partir do

dia 8 de setembro, respeitando as medidas de biossegurança.

Conveniências de postos de gasolina: Liberado para o mesmo no horário de funcionamento do posto em que estão localizadas, respeitando o toque de recolher e liberado consumo no local

Distribuidoras de bebidas: liberado funcionamento de segunda a domingo das 9h às 22h. De 03/09 a 13/09, durante a “Semana do Brasil”;

Shopping centers: liberado funcionamento de segunda a domingo e feriados das 11h às 22h.

Comércio de rua: liberado funcionamento de segunda a domingo e feriados das 9h às 19h.

CASO ISABELE

Delegado Wagner Bassi descartou hipótese de disparo acidental e pediu indiciamento da adolescente investigada, por homicídio doloso

"Ela assumiu o risco de matar"

Gilberto Leite

Da redação

A investigação conduzida pelo delegado Wagner Bassi descartou qualquer hipótese de disparo acidental no caso da morte da adolescente Isabele Guimarães Ramos, de 14 anos. Por isso, ele pediu o indiciamento da adolescente autora do disparo por homicídio doloso, quando há intenção de matar. Os detalhes do inquérito foram revelados em coletiva de imprensa que aconteceu na tarde desta quarta-feira (2).

"Ela era treinada. Ao manusear a arma dentro do banheiro com a amiga, nesta altura, ela, no mínimo, assumiu o risco de matar", pontuou o delegado.

Segundo a versão inicial da adolescente, o case que continha as armas caiu no chão e se abriu. Quando a garota foi recolher a arma, teria ocorrido um disparo acidental. Essa versão foi descartada pela polícia.

Segundo Bassi, a adolescente deixou o case na bancada da televisão e pegou uma arma que estava alimentada, isto é, estava com um pente carregado, mas não havia munição na câmara de disparo. Em seguida, ela teria municiado a arma por meio do acionamento do ferrolho,

que direciona uma munição para a câmara de disparo.

"Ela põe o case [na bancada] e abre ele. Ela deixa uma das armas dentro do case e a outra arma, que estava municiada. Ela pega essa arma no quarto dela e vai no banheiro. No banheiro estava a vítima. A vítima estava no banheiro fumando cigarro eletrônico, a gente acredita que a razão de ela estar no banheiro era [por estar] fumando cigarro eletrônico escondido, sem autorização", explicou.

A investigação não conseguiu concluir o momento exato em que a arma foi municiada, mas a perícia feita na arma descarta que pudesse ocorrer um tiro antes desta ação. Segundo o delegado, as adolescentes ficaram no banheiro por 1 minuto e 18 segundos.

"A gente não consegue precisar de forma exata o momento em que aconteceu esse municiamento [golpe no ferrolho], mas ele tem que ter acontecido, porque senão a arma não teria disparado. É um movimento de golpear para inserir uma munição na câmara", afirmou.

Ainda de acordo com Bassi, as armas foram levadas pelo adolescente

namorado da atiradora, por volta de meio-dia. Chegando ao local, o adolescente desmuniu uma das armas, que passaram a circular livremente entre os demais adolescentes que estavam na casa. Uma segunda arma continuou dentro do case, mas não foi informado se ela estava com munição.

As armas também estavam expostas na mesa da sala enquanto o pai da adolescente fazia manutenção nelas, mesmo com a presença de adolescentes na casa. O delegado também destacou que não havia cofre para guardar os equipamentos, sendo que todos tinham 'livre' acesso às armas. Antes de ir embora da casa, o namorado da atiradora teria inserido o carregador na arma, que ainda não estava municiada.

"Na hora que ele vai embora, já era noite, por volta de 21h50, ele insere o carregador na arma. Ele insere o carregador na arma sem que seja visto pela outra adolescente. Ele guarda a arma com o carregador; isso tudo ele faz sozinho, sem a presença da outra adolescente. Guarda a arma no case e as duas armas são guardadas dentro desse case e lacradas, com uma travinha, não é chave", explicou.



Delegado Wagner Bassi descartou qualquer hipótese de disparo acidental contra Isabele e pediu o indiciamento da autora

INDICIAMENTOS

Atiradora: A adolescente que efetuou o disparo deverá responder por ato infracional análogo a homicídio doloso, quando há intenção de matar. Após o julgamento do processo, ela estará sujeita a medidas do Socioeducativo.

Namorado da atiradora: Ele responderá por ato infracional análogo ao porte de arma de fogo por levar os armamentos, que estavam dentro de um case.

Pai da atiradora: Será indiciado pelo crime de homicídio culposo, por

ter agido com negligência e imprudência. Além disso, ele também será indiciado pelo crime de posse de armas, já que autorizou o genro a deixar as armas em sua residência; e por fraude processual.

Sogro da atiradora: Irá responder por omissão de cautela a arma de fogo.

Esta é a conclusão da autoridade policial, que agora passará pelo Judiciário, para decidir sobre a condenação.

REFLEXO DA PANDEMIA

Jovens foram os mais demitidos

Da redação

O Brasil teve um tombo histórico de vagas para aprendizes de 14 a 24 anos entre abril e julho deste ano. A queda de 77,6 mil postos de trabalho para esses adolescentes e jovens é reflexo dos efeitos da pandemia no mercado de trabalho. Em Mato Grosso, foram fechadas 1.344 vagas.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) medem o saldo de vagas (admissões menos demissões) e mostram que julho de 2020 e o período de abril a julho foram os piores de toda a série histórica levantada desde 2006.

De acordo com o levantamento, de abril a julho de 2020, Mato Grosso admitiu 485 com idades entre 14 a 24 anos; já os desligamentos, somaram 1.829.

Desse total, a capital admitiu 107 jovens aprendizes; já os desligamentos, correspondem a 421.

As vagas de aprendiz constituem uma forma estrutural de inclusão social e produtiva, prevista em lei. A contratação, além do salário, garante a permanência na escola e a qualificação técnica do aprendiz. As empresas – excetuando microempresas e empresas de pequeno porte – têm a obrigação legal de manter adolescentes e jovens aprendizes em número equivalente de 5% a 15% do total de funcionários.

Sem oportunidade de emprego formal como aprendiz, aumentam para esses adolescentes e jovens os riscos de abandono escolar e de trabalho informal para manutenção da renda da família.

Embora não seja voltado exclusivamente para adolescentes e jovens de baixa renda, a aprendizagem atende em grande parte essa parcela da população, já que adolescentes e jovens de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e os matriculados na rede pública de ensino são classificados entre as prioridades nos processos de seleção,



Pandemia causada pelo novo coronavírus provocou queda histórica de vagas para adolescentes e jovens de 14 a 24 anos

de acordo com a regulamentação da lei.

OPORTUNIDADE - Desde esta quinta-feira (3) até o dia 13 de setembro, a Semana Brasil, iniciativa criada pelo governo federal para estimular a economia, terá como uma das ações a geração de empregos.

A coordenadora do Sine Estadual, Simone Kohler, explica que foram disponibilizadas oportunidades de trabalho no aplicativo da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), criado para a campanha. "A ação é mais uma forma de ampliar o acesso as oportunidades de emprego cadastradas no Sine. O empresário também pode procurar o órgão para divulgar oportunidades", pontuou.

Para esta semana são oferecidas vagas de emprego de auxiliar de linha de produção, auxiliar administrativo, armador de ferro, atendente e vendedor. Além disso, o aplicativo leva, gratuitamente, notícias e novidades do comércio, promoções, delivery, cursos, sor-

teios, entre outros serviços. O APP está disponível nas plataformas IOS e Android.

SERVIÇO - Além da intermediação da mão de obra, o Sine realiza serviços de habilitação do seguro-desemprego e orientação para cadastro da carteira de trabalho digital. É preciso verificar na unidade a disponibilidade de vagas, que são ofertadas diariamente.

Os interessados em fazer parte do banco de dados podem comparecer aos postos de atendimento portando documentos pessoais, carteira de trabalho e comprovante de residência, facilitando os trâmites do atendimento.

Na região metropolitana, o horário de atendimento dos Sines localizados nas unidades do Ganha Tempo Ipiranga, do CPA I e do bairro Cristo Rei, em Várzea Grande, é das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira. Já no Ganha Tempo do Várzea Grande Shopping, o horário de funcionamento vai das 10h às 18h.

LGBTQ+

Foram registrados 160 crimes em MT

Da assessoria

Entre janeiro e agosto de 2020, Mato Grosso já registrou 160 boletins de ocorrência de crimes contra pessoas LGBTQ+, de acordo com dados do Grupo Estadual de Combate aos Crimes de Homofobia (GECCH) da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp-MT). Desse total, quatro são homicídios, quatro suicídios e duas mortes que ainda precisam ser esclarecidas.

O número de registros dobrou em comparação com o mesmo período de 2019 – janeiro a agosto – que teve 77 boletins e cinco homicídios. O secretário do GECCH, tenente-coronel PM Ricardo Bueno, acredita que o aumento não signifique necessariamente que foram cometidos mais crimes, mas as pessoas têm denunciado mais.

"A violência contra o público LGBT sempre existiu, no entanto ela foi muito tempo silenciada. Somente no ano passado tivemos uma mudança significativa no aspecto jurídico deste tipo de crime com a punição prevista na Lei de Racismo. Isso contribuiu muito com o aumento de denúncias, já que as pessoas se sentem mais encorajadas e respaldadas pela

lei", pontuou o secretário do GECCH.

As denúncias por discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, mais conhecido como crime de homofobia, aumentaram 117% de janeiro a abril em Mato Grosso, na comparação com os meses de 2019. Foram 86 registros contra 40 em 2019, de acordo com dados da GECCH divulgados em maio deste ano.

O aumento das denúncias também foi percebido na comparação de 2019 com 2018. Foram 139 crimes motivados pelo preconceito em relação à população LGBT contra 116 em 2018, o que representa aumento de 14,6%.

Outro fato destacado pelo tenente-coronel é que a partir da criminalização surgiu uma série de campanhas educativas nos meios de comunicação, com a indicação de canais de denúncia, gerando uma maior mobilização tanto por parte das vítimas quanto por parte da população que presença algum de tipo de crime contra este público.

DENÚNCIAS - Além de poder registrar boletim de ocorrência (BO) em qualquer delegacia de Mato Grosso, os casos de LGBTfobia podem ser denunciados pelo Disque 190 ou 197.

BAIXADA CUIABANA

A chegada dos trilhos da Ferronorte é tida como peça-chave para o desenvolvimento industrial de Mato Grosso, mas ainda não saiu do papel

Sonho de ferrovia já dura 45 anos

Da redação

A concretização do sonho de ter uma ferrovia que coloque Cuiabá na rota de um dos principais portos do país (Santos-SP) já dura 45 anos. A chegada dos trilhos da Ferronorte, denominada ferrovia Vicente Emílio Vuolo (EF-364), à capital mato-grossense é tida como peça chave para o desenvolvimento industrial da Baixada Cuiabana. Apesar de estarem garantidos os investimentos para que os trilhos avancem pelo o norte do estado, seu traçado ainda não foi definido.

“Ainda não sabemos como será o traçado. Se ele vai de Rondonópolis direto para Nova Mutum ou se vai passar por Cuiabá. A empresa que fará a obra [Rumo] alega não ser prudente antecipar o traçado, para evitar especulações com donos de terra, o que é compreensivo”, explicou o professor Luiz Miguel Miranda, doutor em Engenharia de Transportes.

A luta para que os trilhos da hoje denominada ferrovia Vicente Emílio Vuolo (EF-364), antiga Ferronorte, chegue a Cuiabá deu seu passo inicial em 1975, com a sua inclusão no Plano Nacional de Viação. Da sua idealização e construção até chegar ao seu hoje destino final, em Rondonópolis (MT), foram 35 anos. Desde então, os esforços para fazer com que seu traçado original, que passa por Cuiabá, é discutido. Essa insistência, que já soma 10 anos, é motivada por um fator: a industrialização da Baixada Cuiabana.

“O centro industrial de Cuiabá precisa da ferrovia para trazer insumos do norte e se desenvolver. Por ela virão minérios para fabricação de barras de aço, alumínio para vigas, carvão, calcário e fosfato para fabricas de fertilizantes. Desde o princípio, a Ferronorte foi pensada para trazer esses insumos do norte do país, para que possam ser processados aqui e saiam produtos

valorizados. A Ferronorte é de extrema necessidade e sem ela não desenvolveremos o polo industrial da Baixada Cuiabana”, garante Luiz Miguel.

Caso o problema da logística seja resolvido, Mato Grosso terá mais um fator favorável para atrair novas indústrias ao estado. “Além disso, já temos aqui o gasoduto. É inimaginável que tenhamos um gasoduto na Baixada Cuiabana, energia barata para as indústrias. Eu não entendo como Mato Grosso com esse rebanho de mais de 27 mil cabeças de gado não tenha um polo de couro calçadista e tem que mandar tudo in natura para fora do estado. Basta os responsáveis terem interesse em fazer”, aponta o engenheiro.

De acordo com o professor Luiz Miguel, além dos investimentos na indústria, a população será uma das beneficiadas pelo desenvolvimento. “A indústria é um dos empregos de melhor remuneração, ela só perde para o turismo”, pondera.



A empresa Rumo Logísticas deverá executar as obras, que ainda não têm seu traçado definido

TRAÇADO É UM SEGREDO

O projeto de avanço dos trilhos da Ferronorte até o município de Nova Mutum deverá ter investimento que pode chegar a R\$ 11 bilhões. A empresa Rumo Logísticas deverá executar as obras como uma espécie de contrapartida pela conquista da prorrogação da concessão da Malha Paulista. Até o momento só se sabe que a extensão chegará até Nova Mutum, mas, para chegar a esse destino, três traçados são possíveis. “No projeto original a licitação de 1989, ganha pelo grupo Itamarati, previa passar pela terra indígena Tereza Cristina [Santo Antônio de Leverger], mas em 2012, a concessão de Rondonópolis para frente foi devolvida ao governo federal e esta ideia está abandonada. As demais alternativas são: passar por Cuiabá ou seguir direto para Nova Mutum, sendo essa última mais barata”, explica o professor.

Se a Ferronorte chegará a Cuiabá, ou não, segue misteriosa, mas no dia 17 de agosto a diretoria da empresa Rumo confirmou ao governador Mauro Mendes que irá expandir em Mato Grosso a ferrovia que compõe a Malha Norte.

“É um investimento logístico que vai trazer mais competitividade para o Estado, extremamente importante para melhorar as nossas cadeias produtivas, trazendo mais emprego e renda a todo o estado de Mato Grosso”, destacou o governador Mauro Mendes.

De acordo com o chefe do Executivo, a empresa deve levar os trilhos da ferrovia para as cidades de Cuiabá, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum. Ao todo, o projeto prevê a construção de três novos terminais para o transporte da produção agrícola e industrial, que cresce consideravelmente em Mato Grosso.

MATÉRIA-PRIMA

Construir ficou 20% mais caro

Da redação

Qualquer obra ou reparo residencial ficou 20% mais caro nos últimos dois meses no país. Cimento, tijolo, aço e demais itens que compõem uma obra têm sofrido altas nos preços que não estavam previstas pela indústria da construção civil. Para o setor, o encarecimento das matérias-primas deve deixar os novos empreendimentos mais caros e provocar atrasos nas obras já em andamento.

Há pelo menos 70 dias, os reajustes nos preços dos insumos, feitos pelas fábricas de materiais de construção, têm superado as projeções da indústria da construção, a qual afirma não encontrar razões para o aumento.

“O setor da construção civil não parou na pandemia, pelo contrário, teve um aumento no

número de contratações e vendas, o que fez com que o mercado ficasse aquecido. As indústrias de materiais aproveitaram esse momento para subirem seus preços, pois não há justificativa para que o aço, nos últimos 70 dias, tivesse um aumento de 40%”, questiona Fausto Echer, vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBic).

De acordo com o representante, a variação de aumento no preço do aço no acumulado deste ano está bem acima da de 2019, que ficou em 5% no ano.

“Sabemos e concordamos que não é política do governo regular preços, pois o mercado tem que se regular. Entretanto, é preciso abrir mais oportunidade para outros mercados, já que o mercado interno está fazendo um cartel, que é esse aumento de pre-

ços orquestrado”, afirma Fausto.

Há um mês, a CBic apresentou proposta ao governo federal, na qual propõe a isenção nos custos de importação de matérias-primas para a construção.

“A isenção facilitará a importação. Levamos essa proposta ao Ministério da Economia, com pedido de zerar os tributos dos materiais para que pudéssemos ter um mercado mais competitivo”, lembra o vice-presidente da CBic.

Além de aumentar a competitividade e equilibrar os preços no mercado interno, a Câmara entende que, caso sua sugestão seja atendida, a medida evitará prejuízos. Segundo eles, seria uma espécie de freio nos aumentos de custos das obras em andamento, ao mesmo tempo que criaria uma ‘barreira’ para o encarecimento

dos novos empreendimentos.

“Já existe uma preocupação grande no setor produtivo de imóveis. Para os empreendimentos que já foram vendidos, uma vez que já têm contratos firmados, não se consegue mais repassar os preços. Isso, além de reduzir a margem de lucro, pode gerar atrasos nas obras e frustrar sonhos dos consumidores. Por outro lado, os empreendimentos novos deverão repassar esses preços aos consumidores”, alerta Fausto.

Caso essa flexibilização nos encargos seja aceita pelo governo brasileiro, a CBic acredita que os preços dos produtos importados ficaram mais baratos do que os locais. “Para se ter uma ideia, no caso do aço, por exemplo, o importado poderá ficar de 20% a 30% mais barato do que da indústria interna”, calcula Fausto.

‘GRÃOS DE OURO’

Preço do arroz tem alta espantosa

Da redação

O consumidor que for às compras nos próximos dias poderá se assustar com o preço do arroz nos supermercados de Mato Grosso. O pacote de 5 quilos (kg) já está sendo comercializado por R\$ 20 a unidade em alguns estabelecimentos e a previsão é que esse valor possa chegar à casa dos R\$ 30 até dezembro. Na outra ponta, o encarecimento do produto tem beneficiado os produtores, com aumento da margem de lucro.

A crise sanitária deste ano desequilibrou a cadeia do arroz no país. As mudanças repentinas do cenário econômico e social fizeram com que o mercado não conseguisse suprir o aumento da demanda pelo produto. Com as famílias ficando mais tempo em casa, cresceu o consumo interno de arroz no Brasil e também em outros países. Isso fez com que o preço do pacote de 5 kg saísse dos habituais R\$ 13 a R\$ 14 para chegar a R\$ 20, ou mais.

E há razões para que o arroz possa alcançar o patamar de R\$ 30 pelo pacote de 5 kg. A lista é grande: além do maior consumo, há influências da alta do dólar, entressafra do grão, redução da produção nacional e crescimento das exportações.

“O preço do arroz no segundo semestre é mais caro mesmo, por causa da entressafra. Porém, a pandemia de covid-19 mexeu muito com o consumo, que aumentou. Isso no mesmo ano em que houve um enxugamento da safra. Estamos também com o dólar em alta, que provoca dois efeitos: primeiro, é que ele barra a entrada do arroz importado e outro é que ele, como regulador de preço do principal mercado do país, Santa Catarina, perde o efeito dessa função”, explica Rodrigo dos Santos Mendonça, Sindicato da Indústria do Arroz

em Mato Grosso (Sindarroz-MT).

A agitação do mercado fez com que a saca de 60 kg de arroz iniciasse esta semana custando R\$ 125 na praça de Várzea Grande, e R\$ 170 na de Santa Catarina. Apesar do melhor preço pago ao produtor, os aumentos que os agricultores estão enfrentando nos insumos desde abril ainda não foram totalmente repassados ao consumidor.

Enquanto a entrada do arroz importado ficou salgada para as indústrias, a saída do arroz nacional aumentou. O volume de exportações do grão até o mês de agosto ficou acima da média e chegou a 1,5 milhão de toneladas (t), segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Essa quantia é praticamente a mesma que é comercializada ao longo de um ano pelo Brasil, em períodos normais.

“Estamos nos estoques finais e trabalhamos com média para ainda não repassarmos toda essa alta. Hoje, se fôssemos repassar, o pacote de 5 kg poderia chegar a R\$ 30”, estima Rodrigo.

Para dar conta de tanta procura, alguns produtores já estão pensando em antecipar a semeadura do arroz. “Tem produtor querendo plantar mais cedo para que até o final de dezembro tenha produto disponível, ao invés de só em janeiro ou fevereiro”, reforça Rodrigo.

A partir do ano que vem, a previsão é que os preços do arroz se estabilizem. “O preço hoje chegou a um recorde, o dobro do que pagávamos, que era uns R\$ 60 a saca. Vejo que temos um problema temporário hoje, mas o cenário geral para o ano que vem é positivo. Teremos mais produção interna e não precisaremos trazer arroz de outros estados, como o Rio Grande do Sul”, estima o presidente do Sindarroz.

EM CUIABÁ

Decreto editado pelo município proíbe o corte de água até o final do ano

Da redação

O decreto nº 8.086, editado pelo município, estendeu a proibição do corte de abastecimento de água para consumidores inadimplentes, até o dia 31 de dezembro de 2020. Dessa forma, a concessionária Águas Cuiabá fica vedada de executar tal procedimento, ainda que já tenha oficializado ao usuário o aviso de suspensão do serviço.

O decreto estabelece que, em caso de descumprimento, a concessionária deverá restabelecer em um prazo máximo de 24 horas o fornecimento de água ao consumidor inadimplente, além de ficar sujeita às sanções legais, contratuais e normativas previstas.

A Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Cuiabá (Arsec) fica com a responsa-

bilidade de realizar o procedimento para assegurar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão dos serviços públicos de água e esgoto decorrentes dos efeitos oriundos do decreto, caso se mostre necessário e mediante pedido fundamentado da concessionária.

“O decreto do governo federal de estado de calamidade tem efeito até 31 de dezembro deste

ano. Dessa forma, o poder público deve reforçar seu olhar humanizado para que a população não fique desamparada desse importante serviço. A água é essencial para a higienização e interromper o seu fornecimento neste momento significa aumentar as chances de propagação da Covid-19”, explica o prefeito Emanuel Pinheiro.

(Com informações da assessoria)